

### **A «Europa» como identidade**

Quando o tempo deixou para trás as Revoluções de 1989, a «Europa» tornou-se uma espécie de «Grito do Ipiranga» dos mais bem sucedidos partidos políticos da Europa Central e Oriental. No núcleo de qualquer partido vencedor de eleições apareceram promessas de rápida integração na Europa, independentemente do tipo de ideologia que esse partido abraçasse.

Em 1994 nenhum partido granjeara ainda «capital político de qualquer plataforma anti-europeia apesar do défice da balança comercial com a União Europeia (UE) e da desilusão criada pela exclusão da NATO»<sup>1</sup>. Contudo, à medida que considerações utilitárias substituíam a ligação afectiva das populações da Europa Central e Oriental ao simbolismo europeu, tornou-se visível a incapacidade das elites democráticas desses países transformarem a «Europa» numa realidade política tangível. Os actuais debates políticos assinalam uma crescente mudança de tom do discurso pró-europeu, bem como um reposicionamento dos partidos políticos no que respeita à sua agenda europeia. A «Europa» tornou-se um substituto para reformas políticas e económicas, ajuda e salvação, ou então uma ameaça neo-imperialista à independência nacional – tudo depende do lado da arena política em que os partidos se posicionam.

A era do pós-comunismo é, acima de tudo, a era da «reinvenção da política»<sup>2</sup>. No vácuo ideológico do pós-comunismo, que alguns já apelidaram de «o fim da história»<sup>3</sup>, um discurso político totalmente novo foi criado. Paralelamente à criação de instituições políticas, inventaram-se novos símbolos e uma nova mitologia política. Em tempos de rápida transformação social, é importante que as elites políticas enquadrem os indivíduos numa realidade política que estes possam compreender, justificar, condenar e reflectir. A primeira fase de construção das identidades políticas é caracterizada pelo esforço das elites em abraçar os interesses do eleitorado. A criação de um programa é mais do que um exercício racional pois «a política envolve a criação de identidades e, conseqüentemente, de interesses assim como a justificação dos valores, aspirações e aversões que dão a estas identidades profundidade

normativa»<sup>4</sup>. A ausência de símbolos que actuem como agentes integradores da nova realidade é notória em todos os países da Europa pós-comunista, especialmente em sociedades como a polaca onde as interpretações da história recente são fontes de conflitos prolongados pela estratégia das elites interessadas em manter a divisão entre comunistas e anticomunistas.

Ao simbolizar o futuro desejado pela Polónia, a «Europa» adquiriu um carácter utópico e preencheu o vácuo deixado pelo desaparecimento do «mito da vanguarda» e do «mito da superioridade moral». A «Europa» ofereceu também um valioso substituto ao mito da esperada «Idade de Ouro», o mito de que a humanidade se dirige para um futuro melhor, o mundo de uma sociedade sem classes. A «entrada na "Europa"» era apoiada por uma larga maioria da população polaca e associada à adesão à UE, à chegada de enormes quantidades de investimento de capital e à abertura dos mercados ocidentais aos seus produtos, juntamente com a integração política e a incorporação no sistema de segurança euro-atlântico. Neste artigo iremos procurar avaliar o papel da «Europa» na criação das identidades das forças de esquerda e direita na Polónia. O artigo está dividido em duas partes. A primeira descreve o papel da «Europa» na formação de identidades partidárias que, em larga medida, se definiram por oposição mútua. A segunda parte refere-se à influência crescente da competição política pelo uso do poder simbólico da «Europa».

## **I. Formação de Identidade**

No início da década de 1990, os grupos sociais que viriam a servir de base aos novos partidos políticos polacos representavam, mais do que interesses económicos, determinadas visões de organização da sociedade. O facto de nenhum partido possuir uma clara base social levou a que os partidos não pudessem basear a sua competição no apoio de interesses sócio-económicos específicos. A identidade partidária na Polónia pós-comunista construiu-se, basicamente, a partir de concepções diferentes de sociedade, nação e Estado.

Outros factores, como o carácter negociado da transição para a democracia, influenciaram o processo de formação das identidades partidárias. Devido às negociações da «Mesa Redonda», iniciadas pelo Partido Comunista e os dirigentes do Solidariedade em 1988, os comunistas deram início ao processo de transformação da sua identidade marxista ainda antes da Revolução de 1989. À medida que as negociações se desenrolavam, o Partido dos Trabalhadores Unidos Polaco (PZPR) mudou gradualmente o seu discurso ideológico tradicional. Ao reter alguns dos elementos socialistas, reinterpretando-os em função das novas circunstâncias democráticas, uma estratégia centrista manteve a unidade partidária<sup>5</sup>. A estratégia defendida pelo secretário-geral do PZPR, Leszek Miller, foi a de um compromisso entre as facções que defendiam a completa erradicação do carácter socialista do partido e as que defendiam a ortodoxia marxista<sup>6</sup>.

Através da redefinição do seu discurso ideológico, o partido conseguiu renovar-se internamente e escolheu o modelo que seria adoptado na década seguinte<sup>7</sup>. O partido, agora chamado Democracia Social da República Polaca (SDRP), formou a Aliança da Esquerda Democrática (SLD) com uma série de forças políticas menores e manteve a proximidade em relação a Moscovo até às eleições de 1993, opondo-se à expansão da NATO e apoiando o conceito de «Casa Comum Europeia»<sup>8</sup>. Com a aprovação da Rússia, foram abraçados o comércio livre e a cooperação económica europeia. Para a Rússia, a expansão da integração económica europeia, sem a componente de defesa transatlântica, não só era tolerável como desejável. Contudo, apesar da inicial prudência em relação à NATO, a liderança do partido lançou, em Janeiro de 1990, as suas fundações na tradição do socialismo democrático europeu. «O objectivo ideológico a longo prazo é o de enquadrar a nova fórmula do socialismo democrático longe do sistema axiológico dos valores do comunismo. Queremos evoluir em direcção aos ideais de uma sociedade racional: contra os nacionalismos, o chauvinismo e em direcção a um Estado neutro»<sup>9</sup>. Ao ignorar o marxismo ortodoxo e denunciar o estalinismo, os ex-comunistas tentavam reverter a bifurcação ideológica decorrente da cisão dos movimentos socialistas internacionais nos anos 20.

O regresso dos ideólogos polacos de esquerda aos valores fundamentais da ideologia socialista pode ser entendido como um regresso às ideias racionalistas de organização social, originalmente concebidas durante o Iluminismo<sup>10</sup>. «A esquerda, ancorada nos valores do humanismo e racionalismo, deve também mudar em direcção da defesa da igualdade de oportunidades e expectativas da maioria da sociedade. [...] Esperamos merecer a participação na Internacional Socialista, cujos princípios de justiça social complementam os princípios de igualdade, individualismo e autonomia dos cidadãos»<sup>11</sup>. Foi também em oposição aos princípios de autonomia e individualismo que a direita tradicionalista definiu os seus valores nucleares. Assim, ao ancorar a transformação da sua identidade na tradição do socialismo democrático europeu, a esquerda polaca abriu-se aos ideais e debates em voga na família socialista europeia.

Este modo de transformação das identidades políticas permitiu à elite partidária forjar alianças entre classes sócio-económicas potencialmente divididas. Desta forma, o partido pós-comunista reinventou-se ao adoptar uma retórica alternativa ao conservadorismo autoritário do bloco de direita<sup>12</sup>. O isolamento do processo de redefinição identitária do partido em relação a interesses sociais específicos explica também a coexistência, no seu programa, de políticas económicas redistributivas com posições liberais do ponto de vista social<sup>13</sup>.

A adopção de uma identidade social-democrata de inspiração europeia tornou-se o eixo da transformação do SLD e, em grande medida, parece ter determinado as suas escolhas nos domínios económico e social. O compromisso pró-europeu do partido implicou a integração de princípios caros à moderna social-democracia europeia no núcleo da sua doutrina económica. Mesmo enquanto governo, o partido lutou sempre por se legitimar através da definição de um perfil social-democrático de matriz europeia.

### **As elites do Solidariedade e a «Europa»**

No início da transição para a democracia o Movimento Solidariedade gozava de uma aparente popularidade universal. O Solidariedade encarnava a luta

nacional polaca contra o regime comunista. Contudo, o estatuto heróico e a atitude «antipolítica» de uma parte das suas elites revelar-se-ia um poderoso obstáculo ao desenvolvimento de programas adequados a um sistema político moderno. A criação de uma identidade política capaz de apelar à maioria da direita católica polaca não foi atingida até hoje. Apesar das várias tentativas de unificação da direita, a elite pós-Solidariedade ainda apresenta uma fragmentação notória do campo partidário. A actual procura de uma identidade política moderna levou recentemente à criação de um novo partido conservador-liberal, a Plataforma dos Cidadãos (PO). Durante o período eleitoral de Setembro de 2001, a competição entre tradicionalistas antieuropeus e conservadores-liberais superou a clivagem esquerda/direita<sup>14</sup>. A vítima insuspeita desta competição foi a «Europa». O total do voto em partidos que advogam sérias reservas à adesão à União Europeia nas eleições legislativas polacas de Setembro de 2001 foi cerca de 25 por cento.

A explicação mais comum para a emergência do eurocepticismo nos partidos de direita da Europa Central e de Leste, e da Polónia em particular, tem sido a tendência que estes revelam no sentido de apresentarem a integração europeia como mais uma conspiração dirigida contra a soberania do povo polaco<sup>15</sup>. Contudo, permanece ambivalente a relação entre visões histórico-culturais conservadoras e as atitudes em relação à integração europeia. A criação de uma identidade política baseada na combinação de conservadorismo e europeísmo, típica da ideologia da Democracia Cristã europeia, poderia ter resultado na manutenção do consenso europeísta entre a elite política católica polaca.

De facto, tanto a força da Igreja Católica, como o valor simbólico da «Europa», tornam difícil de explicar o malogro da reinvenção identitária da direita polaca em torno dos valores da Democracia Cristã. A Polónia não é apenas o país em que um movimento popular com fortes tons católicos mobilizou dez milhões de cidadãos. O programa eleitoral deste movimento afirmava o seguinte na véspera das eleições pioneiras de 1989: «Esta eleição deve ser um regresso. Este é o tempo em que a Polónia se tornará o lar de todos os polacos. O tempo em que a Polónia regressa à Polónia»<sup>16</sup>. A

revolução de 1989 foi levada a cabo sob o duplo estandarte da independência nacional e da «Europa». Para o governo de Mazowiecki e os seguintes, a «Europa» era uma justificação para a orientação dada à democracia, às políticas económicas e à política externa.

A consolidação da identidade partidária democrata-cristã foi frustrada por uma série de factores acidentais e estruturais. Devido às condições históricas criadas pelas sucessivas partições da Polónia, os movimentos independentistas-nacionalistas eram predominantes no campo que viria a formar a direita moderna, ao passo que os movimentos tradicionalistas da Europa Ocidental albergavam significativas correntes religiosas que iriam fortalecer os modernos partidos democratas-cristãos criados no fim da II Guerra Mundial. Não é pois surpreendente que durante o período de entre guerras a Democracia Cristã tenha encontrado vários obstáculos à sua implantação na Polónia.

Depois da II Guerra Mundial, a instauração do comunismo na Polónia condenou os raros políticos democratas-cristãos polacos ao exílio. Quando a democracia foi restaurada nos anos 90, a popularidade da Democracia Cristã parecia ter diminuído dramaticamente na Europa. Em 1989 as facções «antipolíticas» do movimento Solidariedade condenavam a acentuada erosão das fundações ideológicas da Democracia Cristã pelos partidos europeus ocidentais<sup>17</sup>.

O envolvimento directo da hierarquia da Igreja na política teve também implicações negativas para o desenvolvimento de um partido democrata-cristão polaco. A Igreja Católica polaca, consciente da sua influência e capacidade de intervenção, optou por não patrocinar a unificação dos vários movimentos católicos num só partido político<sup>18</sup>. Além disso, ao abusar dessa capacidade de intervenção autónoma, a Igreja suscitou um coro de críticas que contribuiu para a diminuição da sua popularidade. A título de exemplo, refira-se a rápida restituição da propriedade confiscada à Igreja durante o período comunista, uma medida que chocou todos os indivíduos e instituições que viam os seus processos de restituição arrastarem-se indefinidamente. Este seria o tipo de reivindicações que enfraqueceriam o poder do catolicismo como factor de mobilização política. Em 1992, a aprovação de

duas leis aumentaria a impopularidade da Igreja: uma circunscrevendo o direito ao aborto a circunstâncias extremamente limitadas, outra relativa ao respeito de «valores cristãos» na lei que regulava a difusão televisiva e radiofónica.

As tentativas de reunificação da elite política do pós-Solidariedade têm sido recebidas com intransigência, desinteresse e desencanto pelos vários actores políticos polacos<sup>19</sup>. Apesar de não negar a sua simpatia pela Democracia Cristã, o antigo Primeiro-Ministro T. Mazowiecki justifica assim a sua decisão de criar um partido liberal e pluralista, o União da Democracia: «Algumas pessoas têm-me acusado de não criar um partido democrata-cristão, mas eu acreditei na fundação de um partido pluralista, que reflectisse a história do movimento de oposição, um grupo com credos e visões diferentes. Não tem sido, contudo, uma experiência fácil»<sup>20</sup>. Outras figuras de proa do Solidariedade, como o Presidente Lech Walesa, os gémeos Kaszyński ou o ex-Primeiro Ministro Jan Olszewski bloquearam sucessivas tentativas de unificação que ameaçassem a sua proeminência política, mesmo que a alternativa fosse a derrota da direita nas eleições<sup>21</sup>.

O pico do processo de fragmentação foi atingido nas eleições de 1993 com a participação de vinte e seis partidos políticos, a maioria dos quais sucessores do Solidariedade e muitos dos quais foram eliminados pela barreira eleitoral de 5 por cento do voto. O projecto de uma grande coligação da direita terminou em finais de Junho de 2000, quando a União da Liberdade (UW) rompeu a coligação governamental constituída com a federação de partidos Acção Eleitoral Solidariedade (AWS). Esta última, por sua vez, tendo sido criada na véspera das eleições parlamentares de 1997, dissolveu-se nas vésperas das eleições parlamentares de 2001.

## **II. A mudança de um símbolo político**

O fracasso do centro-direita em criar e manter um partido democrata-cristão resulta ainda na crescente fragmentação e competição no seu espectro político. Nestas circunstâncias, o antieuropeísmo tornou-se uma opção tentadora. Enquanto que o compromisso dos ex-comunistas com o simbolismo da «Europa» se mostrou fortemente ancorado no núcleo da

ideologia do partido, para a direita tradicionalista polaca a «Europa» tornou-se objecto de considerações eleitorais estratégicas.

### **A estratégia de alargamento da União Europeia**

A forma como estas elites tradicionalistas, vivendo ainda sob a síndrome de Ialta, encaram a «Europa» é inseparável de uma dimensão retributiva. A Europa deve-lhes. A adesão à NATO e União Europeia é vista como a forma de reparação histórica à nação polaca. Ora, as condições de adesão impostas pela União Europeia, juntamente com os exames regulares ao progresso e convergência em relação a tais condições, foram recebidas como um inesperado, e indesejável, colete de forças.

O alargamento a Leste tem sido comparado às expectativas centenárias de que o progresso viria da «Europa». Consequentemente, as atitudes ocidentais relativas à Europa Central e de Leste foram extremamente importantes para a construção da nova imagem da «Europa». Todavia, a crença na «Europa» cedo foi confrontada com a realidade da atitude cautelosa dos líderes ocidentais. Os acontecimentos de 1989 não só foram totalmente inesperados no Ocidente como coincidiram com o final de um intenso período de actividades nas Comunidades Europeias em que a tentativa de completar o Mercado Interno provocou uma enorme expansão do *acquis communautaire*. A decisão de avançar com a Moeda Única antes do alargamento fundou o padrão de resistência ao modo de integração da União Europeia. O carácter conservador desta abordagem transformou a relação entre a UE e a Polónia num longo processo de fixação de condições para a futura adesão. À medida que as relações entre os países candidatos e a União Europeia se tornaram crescentemente assimétricas, o processo de alargamento foi sendo percebido por parte das elites desses países como um projecto de contornos hegemónicos.

A assunção da liderança do processo negocial pela Comissão Europeia coincidiu com a progressiva substituição de instrumentos contratuais inicialmente concebidos como parte de um diálogo (tal como os Acordos Europeus) por obrigações unilaterais. A lógica de controlo da Comissão



tornou-se mais visível no Livro Branco sobre a Aproximação das Leis e, finalmente, nas Parcerias de Adesão (complementados pelos relatórios regulares da Comissão) propostas no pacote da *Agenda 2000*.

Em 1998 a decisão da Comissão Europeia de retirar os fundos anuais do PHARE à Polónia, e a subsequente demissão do antieuropeu ministro da Integração Europeia, Rychard Czarnecki, deu lugar a um debate sobre as «reais intenções da "Europa"». Os *media* nacionalistas fizeram reviver as teorias de uma conspiração de liberais e burocratas da UE contra a nação polaca<sup>22</sup>. Este episódio precedeu uma explosão de descontentamento dos reformistas polacos com o gradualismo do processo, por um lado, e o estilo bizantino dos relatórios da Comissão, por outro. Uma vez que todos os esforços e sacrifícios eram vistos em função da esperada integração na família europeia, a indiferença e o «arrastar de pés» da elite política europeia e da Comissão Europeia em relação ao alargamento irritou as sensibilidades nacionais. Isto preocupou mesmo os mais empenhados europeístas, como o ex-Primeiro-Ministro Tadeusz Mazowiecki: «Eu digo frequentemente em Bruxelas que não aderiremos à União Europeia como mendigos de joelhos ou com um complexo de inferioridade»<sup>23</sup>.

### **A direita fragmentada**

Apesar de várias formas de eurocepticismo possuírem uma componente claramente ideológica, a literatura académica tem vindo a enfatizar a influência exercida por considerações estratégicas na formação de eurocepticismo nos modernos sistemas partidários. As relações entre governo e oposição<sup>24</sup>, a coligação e formação de alianças<sup>25</sup>, a natureza dos incentivos eleitorais<sup>26</sup> e a posição das elites partidárias no seio das organizações partidárias<sup>27</sup> são alguns dos factores considerados como determinantes para a transformação de certos preconceitos nacionalistas histórico-culturais em eurocepticismo.

Apesar do presente artigo não pretender analisar as pressões exercidas pela competição eleitoral na direita polaca, atrevo-me no entanto a sugerir que dois factores competitivos tornaram a direita polaca mais susceptível do que

a esquerda ao apelo do eurocepticismo. O primeiro é o citado fracasso em estabelecer um partido democrata-cristão vinculado aos valores da integração europeia. Seguidamente, este falhanço significou também a fragmentação da direita em dois grupos baseados em diferentes atitudes relativas à concepção de sociedade desejada. A fragmentação da direita provocou a competição crescente entre representantes das opções liberais e tradicionalistas, e mesmo entre partidos representando as mesmas opções. Esta crescente competição entre os dois blocos da direita conduziu ao uso de discursos eurocépticos como factor de diferenciação dos partidos em relação ao eleitorado. Os líderes políticos situados à margem das principais coligações desenvolveram gradualmente *slogans* populistas em que a percepção da superioridade moral e cultural dos católicos polacos em relação ao Ocidente se tornou recorrente.

A fragmentação da direita em 1993 resultou tanto da radicalização de posições como da sua própria ingenuidade política. Este processo implicou a exclusão de grupos de deputados de importantes agrupamentos políticos. Enquanto Primeiro-Ministro no decorrer de 1992, Jan Olszewski, o futuro líder do Movimento para a Reconstrução da Polónia (ROP), iniciou o processo negocial com vista à integração da Polónia na UE. Contudo, em 1995 a sua retórica populista assimilara um nacionalismo económico cujo corolário é o de que a entrada da Polónia na União Europeia só deverá acontecer sob as condições de parceria<sup>28</sup>. Esta condição levou-o a assumir que a adesão não será uma questão de anos, mas de décadas. «Todos nós sabemos que a nossa adesão em Janeiro de 2003 é impossível. Parece-me que apenas o governo polaco acredita nesta data... para mim a adesão levará uma década»<sup>29</sup>.

O ex-líder do Partido Camponês Polaco (PSL), Waldemar Pawlak, exprime uma opinião semelhante: «Comecemos pelo facto de que a patética política do (então) governo AWS equivale a uma capitulação», acrescentando que o défice da balança comercial polaca com a UE significa que os Estados-membros não têm qualquer intenção de permitir a adesão da Polónia em breve<sup>30</sup>. Na sequência da sua saída do governo em 1997, o PSL sucumbiu a uma retórica nacional-populista dirigida contra a integração e a favor da

defesa conservadora da situação dos camponeses. As tensões criadas na coligação (iniciada em Outubro de 2001) entre ex-comunistas (SLD) e o Partido Camponês pela alegada tática negocial «capitulacionista» do SLD levaram a que a relação entre os dois parceiros se aproximasse do limiar da ruptura<sup>31</sup>. Contudo, reflectindo sobre o impacto da adesão na situação dos agricultores, os líderes tendem a racionalizar o seu discurso ao fazerem depender o seu apoio à integração dos resultados das negociações no domínio da Política Agrícola Comum.

A mais violenta e fundamental oposição à integração provém do campo católico-nacionalista. Um dos partidos em questão, a União Nacional Cristã (ZCHN), foi, até entrar no governo AWS em 1997, fundamentalmente contra a integração da Polónia na UE. A integração era vista como uma traição à pátria polaca. Contudo, a fundação do AWS, imediatamente antes das eleições parlamentares de 1997, implicou a redefinição da posição de diversos partidos em relação à «Europa», incluindo a União Nacional Cristã. Este foi um exercício de aproximação que levou à construção de um mínimo denominador comum entre as atitudes dos diferentes grupos partidários. O conceito gaulista da «Europa das Nações» ajudou a criar a ilusão de um certo consenso. Contudo, implicou também a expulsão dos elementos que pusessem em perigo tal visão.

O abandono do «discurso missionário» pela União Nacional Cristã coincidiu com o afastamento de Jan Lopuszanki, que criou o seu próprio grupo parlamentar, o Acordo para a Polónia (PP). Apoiado por uma estação de rádio católica fundamentalista, a Radio Marya, que possui uma audiência estimada em oito milhões de ouvintes, Lopuszanki opõe-se à entrada na UE como forma de «evitar o futuro derramamento de sangue ao preservar no seu todo a Soberania da Sagrada Nação Polaca»<sup>32</sup>. Recentemente, o antieuropeísmo de Jan Lopuszanki e de Jan Olszewski serviu de base à criação de um novo partido representado no recém-eleito parlamento, a Liga das Famílias Polacas (LPR). Paralelamente à retórica destes actores, a ligação afectiva da população polaca ao simbolismo europeu decresceu, levando a que o apoio à integração tenha caído de 98 por cento para cerca de 50 por cento nos últimos seis anos<sup>33</sup>.

Entre os apoiantes da integração europeia na coligação AWS contava-se o Sindicato Solidariedade. Frequentemente visto como um bastião do nacionalismo, o Solidariedade tem tido um papel importante na organização do apoio à ideia europeia<sup>34</sup>. Uma análise das posições do Solidariedade em relação à UE é importante não só pelo facto de ser o mais famoso sindicato do mundo mas, até recentemente, o mais poderoso parceiro do AWS. O Solidariedade teve desde a sua fundação um papel pró-ocidental e representa um reforço da imagem da Polónia na Europa. Contudo, ao manter esta posição, o Solidariedade viu-se confrontado com um número significativo de deserções nas suas fileiras.

O Solidariedade é mais pragmático do que os seus antigos aliados políticos conservadores. Nas negociações para a adesão, o Solidariedade opõe-se a qualquer período de transição à livre circulação de trabalhadores. Esta posição assume uma tal prioridade que o Solidariedade não arrisca qualquer adiamento ao exigir um período de transição à compra de propriedades por estrangeiros, duas posições que se tornaram proeminentes nas negociações e que foram consideradas como moeda de troca<sup>35</sup>.

As componentes liberais do AWS, o Partido Popular-Conservador (SKL) e o União da Liberdade (UW), são, em geral, favoráveis à integração europeia devido a argumentos económicos. O «retorno à "Europa"» nunca foi seriamente questionado entre os grupos liberais. «Em 1989 estávamos numa situação terrível (devido à superinflação e dívidas da Polónia). Não tínhamos outra hipótese senão dar um salto, porque a economia polaca estava à beira do abismo. Tivemos então que nos mover muito rapidamente. Desta forma o compromisso com as reformas liberais esteve intrinsecamente ligado ao simbolismo do "regresso à Europa". Foi por isso que no princípio tentámos discutir um acordo de comércio com a UE [...] porque o mercado polaco estava extraordinariamente aberto à competição externa. Esta abertura da economia tornou a economia e a política intrinsecamente ligadas. O simbolismo do "regresso à Europa" estava diariamente relacionado com as condições económicas. Não havia qualquer hipótese de tentar iniciar uma política proteccionista»<sup>36</sup>. Para os políticos deste campo, é possível «participar numa noção mais vasta de soberania

[...]. Nós não consideramos a integração como a delegação da soberania mas como a delegação da administração da soberania, ou da parte executiva da soberania»<sup>37</sup>.

Apesar da aproximação de posições sobre a integração europeia que teve lugar entre 1997 e 2001, os desacordos entre cristãos-nacionalistas e os partidos conservadores-liberais acabaram na ruptura da coligação AWS-UW em Junho de 2000, e na dissolução do AWS em Maio de 2001. A fragmentação da direita parece ser uma causa relevante do facto de, dez anos passados sobre a Revolução, o candidato presidencial do AWS, Marian Krzaklewski, não obstante se reclamar herdeiro do simbolismo do movimento Solidariedade e, conseqüentemente do desejado «retorno à Europa», ter denunciado a integração europeia como um «instrumento ideológico», defendendo antes que esta deveria ser encarada como um «instrumento utilitário» ao serviço dos interesses económicos polacos.

Marian Krzaklewski, indo contra a posição perfilhada pela sua base política, o Sindicato Solidariedade, lançou um ataque à «Europa» como símbolo político e propôs que a «Europa» se tornasse um instrumento pragmático de resposta aos interesses do seu eleitorado: «O AWS e a maior parte dos responsáveis políticos do Solidariedade vêem a integração na UE como um objectivo prático da política polaca. É uma forma de assegurar a prosperidade dos polacos, abrir os mercados europeus para os nossos produtos e assegurar que a indústria e agricultura polaca gozem de condições semelhantes às dos produtores dos presentes países-membros. Contudo, se a integração é vista como um fim ideológico, então negociar para defender os interesses políticos e económicos polacos torna-se menos importante»<sup>38</sup>.

O estudo das atitudes das elites parlamentares polacas face à integração europeia mostra que as linhas pelas quais a separação da coligação do AWS-UW e do próprio AWS se operou coincidem com os diversos graus de coesão e suporte da integração na UE<sup>39</sup>. Desta forma, a «Europa» não só se tornou um símbolo de transformação da esquerda ex-comunista como reforça a separação da direita polaca em dois campos distintos, um liberal e pró-europeu, e outro tradicionalista e antieuropeu.

Durante o debate sobre o futuro institucional da UE os tradicionalistas retrataram sistematicamente a UE como um conjunto de comunidades étnicas entre as quais existe um elevado potencial para conflito. Este modo de pensamento serviu de base à defesa da conservação das actuais divisões de poder na Europa e à rejeição das sugestões de federalização da União enunciadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Joschka Fischer<sup>40</sup>. Na mesma linha, as propostas de uso das cláusulas de «cooperação reforçada» foram denunciadas como a tentativa de criar uma Europa de segunda classe no seio da UE. Temendo a criação de um núcleo europeu dominado pela Alemanha, e do qual se encontrariam excluídos os (futuros) recentes membros da Europa Central e de Leste, liberais e tradicionalistas rejeitaram-nas veementemente. Estes receios são certamente alimentados pela chamada «síndrome periférica», um conceito muito discutido nos círculos da elite intelectual da direita polaca<sup>41</sup>.

### **Esquerda unida...**

O papel da «Europa» como divisor do espectro da direita dificilmente poderia contrastar mais nitidamente com a evolução do papel da «Europa» no campo da esquerda. Em meados dos anos 90, à medida que as eleições parlamentares nos países da UE, particularmente em França, Alemanha e Grã-Bretanha, iam sendo vencidas, na sua maioria, por partidos social-democratas, começou também a materializar-se uma visão alternativa ao paradigma liberal-conservador em torno do *slogan* da «Europa Social». Os seus contornos foram sendo definidos em várias reuniões internacionais dos presentes e futuros membros do Partido Socialista Europeu (PES), e incluíam exigência de um mercado mais regulado, e a intensificação da luta contra o desemprego, a degradação ambiental e o défice democrático<sup>42</sup>. A agenda da UE foi sendo gradualmente preenchida com propostas típicas dos programas dos partidos social-democratas. Para o SLD, a incorporação destas propostas no seu próprio programa tornou-se uma oportunidade para identificar o partido com o sucesso dos partidos socialistas europeus.

O isolamento internacional a que os ex-comunistas foram submetidos no início dos anos 90 foi finalmente quebrado com a sua admissão na

Internacional Socialista (IS) em 1996. A participação do SLD na IS foi definida nos termos de que «a adesão à Internacional Socialista é um acontecimento da mais alta importância para nós. É o reconhecimento da transformação atingida no nosso país e da profundidade da mudança da esquerda polaca». A adesão é também vista como uma arma contra a discriminação interna: «Aqueles que querem chamar-nos “comunistas” e “pós-comunistas” irão expor-se ao ridículo»<sup>43</sup>.

Através da participação nas reuniões e cimeiras europeias da IS, o SLD aproveitou o tema da Europa Social como forma de contrabalançar a imagem de um partido cada vez mais favorável à economia de mercado<sup>44</sup>. Nos manifestos eleitorais de 1997, a fidelidade à «Europa Social» é expressa nos seguintes termos: «Queremos uma Europa que seja respeitadora da sociedade, aberta e solidária»<sup>45</sup>. O culminar desta estratégia deu-se quando a retórica da «Terceira Via» entrou no vocabulário do SLD. Num discurso interno do partido, o secretário-geral, Leszek Miller, enunciou a Terceira Via polaca, desta feita não à moda de Tito mas do britânico Tony Blair<sup>46</sup>.

O pró-europeísmo do SLD conheceu uma tradução prática poucas semanas depois da sua chegada ao poder, a 1 de Outubro de 2001, com a mudança da estratégia negocial da Polónia. O abandono da exigência do anterior governo em relação a um período transitório de dezoito anos para a aquisição de propriedades por estrangeiros abriu caminho a um entendimento com a Comissão Europeia e ao encerramento de dois dos mais problemáticos capítulos negociais<sup>47</sup>. No debate acerca do futuro institucional da União, Miller declarou-se a favor da opção federativa<sup>48</sup>.

### **Conclusão**

À medida que o valor afectivo da «Europa» se ia esbatendo, considerações utilitárias substituíram os laços afectivos à «Europa». Uma estratégia de alargamento «incrementalista» e «despolitizada» da UE interagiu com uma cena política dividida e conflituosa no campo da direita polaca. Contudo, o ambiente ideológico internacional criado pela transformação da esquerda europeia tem sido favorável à reequação da nova identidade da esquerda

polaca. Paradoxalmente, o declínio do apoio à integração foi mais acentuado no eleitorado do SLD, tornando o pró-europeísmo do SLD dissonante das opiniões de parte do seu eleitorado<sup>49</sup>.

A competência em assuntos europeus é um elemento essencial da imagem de um «partido de governo»; este mero facto previne a oposição fundamental à adesão da Polónia à UE por partidos com aspirações governamentais. Contudo, o conflito entre duas opções de estratégia negocial evoluiu depois das eleições parlamentares de Outubro de 2001 para uma confrontação fundamental relativa ao próprio conceito de integração no seio da instituição parlamentar. Esta confrontação facilmente servirá de pano de fundo a uma luta sobre a interpretação dos resultados negociais. O perigo da direita tradicionalista e profundamente antiliberal se definir contra a «venda» do país tornou-se mais real no voto de confiança ao governo SLD proposto no parlamento pela Liga das Famílias polacas e apoiado por dois outros partidos parlamentares, o radical Sindicato Rural Auto-Defesa e o Partido da Lei e Justiça<sup>50</sup>.

Enquanto nos anos 60 a Democracia Cristã da Europa Ocidental apresentou a integração europeia como um dos valores básicos e nucleares do seu programa, o falhanço da criação e manutenção de uma identidade conservadora moderada na Polónia abriu espaço para a captura da «Europa» pela esquerda. O europeísmo do SLD apresenta-se como um caso clássico em que a necessidade de criação de uma identidade ideológica firmemente ancorada nos valores socialistas europeus levou à adopção de um europeísmo isento de considerações eleitorais estratégicas. Para a direita tradicionalista, a oposição ao «regresso à "Europa"» tornou-se a fonte de uma retórica nacionalista dirigida a um eleitorado rural conservador e eurocético.



## NOTAS

<sup>1</sup> KOLANKIEWICZ, G. (1994), «Consensus and Competition in the Eastern Enlargement of the European Union», *International Affairs*, vol. 70, n.º 3, p. 181.

<sup>2</sup> TISMANEANU, V. (1992), *Reinventing Politics: Eastern Europe from Stalin to Havel*, London: Macmillan.

<sup>3</sup> FUKUYAMA, F. (1992), *The End of History and the Last Man*, London: Penguin Books.

<sup>4</sup> BARKER, R. (2000), «Hooks and Hands, Interests and Enemies: Political Thinking as Political Action», *Political Studies*, vol. 48, p. 229.

<sup>5</sup> No último plenário do PZPR (Janeiro de 1990), Leszek Miller anunciou o seu programa num discurso intitulado «O que é o Socialismo Hoje? Elementos Válidos e Obsoletos».

<sup>6</sup> J. Staniszkis descreve os dois grupos que competiram pelo poder no seio do PZPR de acordo com visões distintas da transição: os «globalistas» e os «populistas». Os «globalistas» são caracterizados como aqueles que viam o Comunismo do ponto de vista do Sistema Internacional e advogavam a colaboração com o Solidariedade, ao passo que os «populistas» podem ser descritos como os que negaram a necessidade de transformação do partido e do regime. STANISZKIS, J. (1991), *The Dynamics of Breakthrough*, Berkeley: University of California Press.

<sup>7</sup> HARPER, J. (1999), *Continuity Within Chaos, The Transformation of PZPR 1988-1991*, PhD thesis, London School of Economics.

<sup>8</sup> SLD's Programme Project «Nasz Program dla Polski», Março de 1993.

<sup>9</sup> Resolução do 17.º (e último) Plenário do PZPR, Janeiro de 1990.

<sup>10</sup> WOLAN, A., «Rozwiazania o Nienawisci», *Dzisz*, Março 1990.

<sup>11</sup> Programa Eleitoral do SLD preparado pelo Conselho Nacional e para Discussão no Plenário, Outubro 1999.

<sup>12</sup> GRZYMALA-BUSSE, A., «Determining the Public Image and Support of Political Parties in East Central Europe, 1992-1996», Paper prepared for the American Political Science Association Meeting, September 1998.

<sup>13</sup> KITSCHOLT, H. (1995), «Formation of Party Cleavages in Post-Communist Democracies: Theoretical Propositions», *Party Politics*, vol. 1, n.º 4.

<sup>14</sup> *Gazeta Wyborcza*, 15 de Agosto 2001.

<sup>15</sup> BACHMANN, K. (1999), *Polska Kaczka-Europejski Staw*, Centrum Stosunkow Miedzynarodowych, Warszawa.

<sup>16</sup> Programa do Comité dos Cidadãos do Solidariedade in «Obywatele Rzeczypospolitej! Przyjacele Solidarnosci!», Junho de 1989.

<sup>17</sup> O modelo do «capitalismo social», a tentativa de reconciliar e integrar grupos sociais diversos e um forte empenhamento na integração europeia são as propostas ideológicas específicas dos modernos partidos democratas-cristãos, que ao longo dos anos 90 viram a sua popularidade declinar na Itália, Bélgica e Alemanha em virtude de diversos escândalos associados a práticas de nepotismo e corrupção, bem como a esquemas de financiamento partidário ilícitos. Aos olhos dos políticos polacos, os partidos democratas-cristãos europeus tinham-se tornado meras estruturas de conservação do poder.

<sup>18</sup> Entrevista com Adam Szoszkiewicz, jornalista do *Polityka* e porta-voz do candidato Tadeusz Mazowiecki durante a campanha presidencial de 1990, Junho de 2001.

<sup>19</sup> Entrevista com T. Jatkowski, político católico do AWS, Julho de 2001.

<sup>20</sup> Entrevista com T. Mazowiecki, Julho de 2001.

<sup>21</sup> T. Jatkowski relembra pelo menos sete ocasiões em que a tática dos políticos cristãos impediu a conclusão de um acordo entre antigos colaboradores do

Solidariedade. Os partidos envolvidos em algumas destas iniciativas incluíam o Partido Trabalhista (SP), o Partido Democrata Cristão anterior à II Guerra, a Confederação Nacional (KN), a União Cristã Nacionalista (ZChN), e a Aliança Centrista (PC) e o ROAD.

<sup>22</sup> T. Sakiewicz, «Przyjacielska Intryga», *Gazeta Polska* (1998), n.o 22.

<sup>23</sup> T. Mazowiecki referido em *Wprost*, 7 de Junho de 1998.

<sup>24</sup> FEATHERSTONE, K. (1998), *Socialist Parties and European Integration: a Comparative History*, Manchester: Manchester University Press.

<sup>25</sup> CHRISTENSEN, D. (1996), «The Left Wing Opposition in Denmark, Norway and Sweden: Cases of Europhobia?», *West European Politics*, vol.19, n.o 3, pp. 525-546.

<sup>26</sup> DANIELS, P. (1998), «From Hostility to "Constructive Engagement": The Europanisation of the Labour Party», *West European Politics*, vol. 21, n.º1, pp. 72-97.

<sup>27</sup> RAUNIO, T. (1999), «Facing the European Challenge: Finnish Parties Adjust to the Integration Process», *West European Politics*, vol. 22, n.º1, pp. 138-152 and SOWEMIMO, M. (1996), «The Conservative Party and European Integration 1988-1995», *Party Politics*, vol. 2, n.o 1, pp. 77-97.

<sup>28</sup> «Sytuacja Polskiego Rolnictwa», *ROP*, Maio de 1996.

<sup>29</sup> J. Olszewski, entrevistado por *Unia & Polska*, Fevereiro de 2000.

<sup>30</sup> Entrevista com W. Pawlak, Janeiro de 2001.

<sup>31</sup> «PSL si Burzy», in *Gazeta Wyborcza*, Novembro 2001.

<sup>32</sup> Programa Presidencial de Jan Lopuszanski, «Wybieram Niepodlegoski Polski», 23 de Julho, 2000.

<sup>33</sup> CBOS, *Na Drodze Unia Europejska*, Dezembro de 1997, 1998, 1999.

<sup>34</sup> MEARDI, G. (2000), *Integracja Europejska i Zbiorowe Stosunki Pracy: Róni Aktory, Róny Perspektywy, Róné Scenariusze*, XI Ogólnopolski Zjazd Socjologiczny, Rzeszów.

<sup>35</sup> Entrevista com Jósef Niemiec, secretário-geral da Comissão Nacional do Sindicato Solidariedade, Novembro de 2000.

<sup>36</sup> Entrevista com J. K. Bielecki, ex-Primeiro-Ministro, Outubro de 2000.

<sup>37</sup> Entrevista com T. Mazowiecki, ex-Primeiro-Ministro, Julho de 2001.

<sup>38</sup> M. Krzaklewski referido in *Gazeta Wyborcza*, Julho de 2000.

<sup>39</sup> SKOTNICTWA-ILLASZEWICZ, E. (2001), «Support of Party Elites Towards European Integration», in WESOŁOWSKI, W., *Sejm I Polityka Wydawnictwo Forum*, Warszawa.

<sup>40</sup> «Federation and a Wider Union. An Attempt to Respond to Joschka Fisher». Jan Kulakowski, Chief Negotiator with the EU, address to the European League for Economic Cooperation (ELEC), Berlin, 16 June 2000.

<sup>41</sup> Entrevista com J. Staniszkis, Conselheira do Presidente Walesa, Setembro de 2000.

<sup>42</sup> «Polska Social Demokracja w Europie», Resolução do III Congresso do SdRP, Dezembro de 1997.

<sup>43</sup> IWISKI, T., «On the XX Congress in New York, SdRP Full Member of the International Socialist», *Biuletyn Informacyjny*, n.o 10, 1996.

<sup>44</sup> De especial importância para a integração do SLD foram o Plenário Internacional da Internacional Socialista, realizado em Nova Iorque em 1996, a Cimeira dos Líderes Socialistas de Outubro de 1996 e do ano seguinte, e a Cimeira da IS de Londres em Abril de 1998. Entrevista com T. Iwinski, Secretário das Relações Internacionais do SLD, Agosto de 1999.

<sup>45</sup> «Polska Social Demokracja w Europie», Resolução do III Congresso do SdRP, Dezembro de 1997.

**O resgate de um símbolo político: MADALENA MEYER-RESENDE  
a «Europa» e a definição das identidades  
de esquerda e direita na Polónia**

---

<sup>46</sup> Discurso Interno de L. Miller, Outubro de 2000 *in* <http://kpsld.ceti.pl/sld/druk2.php3>.

<sup>47</sup> RFE/RL em Novembro de 2001.

<sup>48</sup> Entrevista da publicação *Unia & Polska* com Leszek Miller, Março de 2001.

<sup>49</sup> CBOS, *Opinie o Integracji Europejskiej*, 2000.

<sup>50</sup> RFE/RL a 23 de Novembro 2001.